

Aula 15

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Direito Processual Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Marcella Mendes

20 de Agosto de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado dentro do assunto - Recursos - Concursos	3
2) Roteiro de revisão - Recursos	4
3) Aposta estratégica - Recursos	25
4) Questões estratégicas - Recursos - Instituto AOCF	28
5) Questionário de revisão - Recursos	32
6) Lista de Questões estratégicas - Recursos - Instituto AOCF	37



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Concursos
Parte Geral	40,00%
RESE	30,00%
Apelação	30,00%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Nesse tema, as bancas costumam apresentar questões objetivas redigidas de forma clara e mais direta, não se olvidando da cobrança do texto legal e de alguns aspectos doutrinários e jurisprudenciais. Sugerimos a leitura atenta dos artigos 574 ao 646 do Código de Processo Penal. Leia e releia tais dispositivos, atentando-se aos seguintes pontos, buscando memorizá-los aos poucos (a memorização virá com o tempo, não se preocupe em decorar de uma só vez tudo).

Recursos. Recurso é um instrumento processual voluntário pelo qual o recorrente impugna decisão judicial. Assim, o recurso nada mais é do que o reexame de uma decisão. O principal objetivo do recurso é a reforma, a invalidação, a integração ou esclarecimento da decisão judicial impugnada.

A sua natureza jurídica é de desdobramento do direito de ação, fundamentada no duplo grau de jurisdição e no princípio constitucional da ampla defesa.

Assim como todo o direito, os recursos são orientados por alguns princípios. Abaixo abordaremos somente os mais importantes e com maior incidência em provas.

- **Princípio do duplo grau de jurisdição:** Consiste na possibilidade de a decisão de um órgão jurisdicional inferior (a quo) ser reexaminada pelo órgão jurisdicional de maior hierarquia (ad quem). Este princípio não é previsto de forma taxativa na Constituição Federal. Contudo, tem previsão expressa no Pacto de San José da Costa Rica, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com status de norma supralegal (artigo 8º, § 2º, "h").
- **Princípio da taxatividade:** Consiste na necessidade de previsão legal para que seja interposto um recurso.

Atenção: Apesar de os recursos terem previsão taxativa na lei, segundo o STJ, é possível que se utilize interpretação extensiva diante de uma omissão involuntária do legislador. Importante ressaltar que **não se admite interpretação analógica**, ou seja, a utilização de determinado recurso quando a lei não o prevê.

Exemplificando: Admite-se recurso em sentido estrito, conforme o artigo 581, V, do CPP, no caso de o juiz revogar a prisão preventiva.

O STJ, com fundamento na interpretação extensiva, admite o manejo de recurso em sentido estrito, no caso de revogação de medida cautelar diversa da prisão de comparecimento periódico em juízo, pois esta decisão é similar ao ato de revogar a prisão preventiva.



- **Princípio da unirrrecorribilidade das decisões:** Consiste na regra de que para cada decisão judicial exista somente um recurso previsto em lei. Contudo, excepcionalmente, em decisões objetivamente complexas, a lei prevê a possibilidade de cabimento de mais de um recurso, como, por exemplo, os recursos especiais e extraordinários, que devem ser interpostos simultaneamente e os embargos de declaração.
- **Princípio da fungibilidade:** Consiste na possibilidade de o juízo ad quem apreciar um recurso interposto de forma equivocada. Para que isso seja possível, a jurisprudência coleciona alguns requisitos, são eles:

- a) Ausência de má-fé;
- b) Inexistência de erro grosseiro e
- c) O recurso interposto de forma errada tenha sido interposto no prazo certo.

- **Princípio da convolação:** Consiste na possibilidade de um recurso interposto sem algum dos seus pressupostos seja reconhecido como se fosse outra impugnação, como por exemplo, o tribunal ad quem pode receber um recurso intempestivo como um habeas corpus.
- **Princípio da Voluntariedade:** Consiste na regra de que a interposição de um recurso depende única e exclusivamente da vontade da parte.

Exceção: O artigo 574 do CPP prevê que é obrigatória a interposição de recurso de ofício da **sentença** em duas hipóteses: I - da decisão que concede habeas corpus; e II - da decisão que absolver desde logo o réu com fundamento na existência de circunstância exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do artigo 411 do CPP. O recurso de ofício, segundo a doutrina majoritária, é condição necessária ao trânsito em julgado da decisão.

Atenção: Como o artigo 574 fala em **sentença**, somente a decisão de primeira instância está obrigada ao reexame necessário.

Atenção: A doutrina e a jurisprudência majoritárias entendem que o artigo 574, II, do CPP foi tacitamente revogado, uma vez que o artigo 411 do citado diploma legal foi alterado pela Lei 11.689 de 2008 e, assim, não trata mais de absolvição sumária do júri. Entretanto, parte minoritária da doutrina entende que o artigo 574, II, do CPP continua válido, pois a absolvição sumária do júri continua prevista, porém é tratada no artigo 415 do CPP.



- **Princípio da disponibilidade do recurso:** Consiste na possibilidade de a parte renunciar ao direito de recorrer ou mesmo desistir do recurso interposto.

Atenção: O princípio da disponibilidade não se aplica ao Ministério Público, uma vez que este não pode desistir do recurso interposto. Atente-se que ele não é obrigado a recorrer, porém, uma vez interposto o recurso, ele não pode desistir, conforme expõe o artigo 576 do CPP.

- **Princípio da ne reformatio in pejus ou vedação da reformatio in pejus:** Consiste na vedação de que a decisão do recurso interposto EXCLUSIVAMENTE pela defesa piore a situação de réu. O referido princípio se desdobra em:

a) Proibição da reformatio in pejus direta: Ocorre quando o tribunal ad quem, ao julgar recurso exclusivo da defesa, fica proibido de agravar a situação do réu.

b) Proibição da reformatio in pejus indireta: Ocorre quando o tribunal ad quem, ao julgar um recurso exclusivo da defesa, anula a sentença proferida, devolvendo o processo para o juízo a quo para novo julgamento e, este, ao prolatar nova sentença, fica limitado a não agravar a situação do réu.

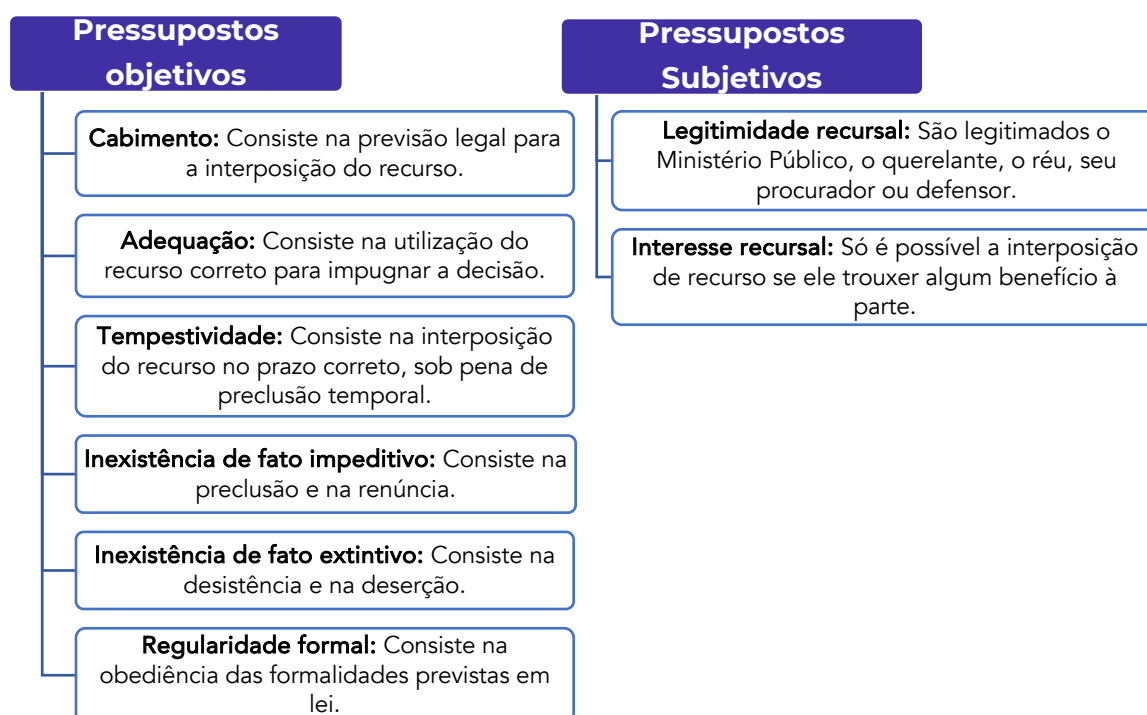
Exceção: O princípio não se aplica aos jurados do tribunal do júri, que podem, em novo julgamento, agravar a situação do réu. Contudo, é aplicável ao juiz presidente do tribunal do júri, pois este deve limitar a pena ao patamar imposto no júri anulado.

- Importante que o você saiba que o princípio da vedação da reformatio in pejus se aplica às nulidades absolutas, conforme a súmula 160 do STF.
- A vedação da reformatio in pejus se aplica mesmo para a correção de cálculo aritmético no somatório das penas.
- Com base neste princípio, o STJ não admite recurso adesivo a recurso especial interposto pelo Ministério Público para agravar a situação do réu.
- Atenção: Não há ofensa ao princípio da vedação da reformatio in pejus no caso de manutenção da condenação com fundamento diverso da sentença.



- **Princípio da Complementariedade:** Consiste na possibilidade de, em havendo mudança na decisão recorrida em razão de ERRO MATERIAL ou ACOLHIMENTO DE OUTRO RECURSO ONDE SEJA CABÍVEL O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, renovação do prazo recursal para que o recorrente complemente seu recurso já oferecido. Atente-se que a complementariedade está adstrita à parte modificada.

Vamos analisar, agora, os pressupostos de admissibilidade recursal. Eles se dividem em pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade.



Vamos fazer algumas observações importantes com relação aos pressupostos de admissibilidade recursal.

- Com relação à tempestividade, é importante que você saiba que a **Defensoria Pública** detém prazo em dobro para recorrer.
- O recurso interposto antes do prazo não é intempestivo.
- De acordo com a súmula 310 do STF, "quando a intimação tiver lugar na sexta feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na segunda



feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir".

- A tempestividade do recurso é aferida pela data do protocolo, ou da entrega ao escrivão ou diretor da secretaria, independentemente do momento do despacho do juízo a quo.
- Deserção é o não pagamento das custas ou o traslado das peças dos autos.
- Com relação à regularidade formal, é importante que você saiba que ela é mitigada pelo princípio da instrumentalidade das formas. Ou seja, se um ato for praticado em desacordo com a formalidade legal exigida, mas atingir a sua finalidade, ele será considerado válido.
- O recurso não pode ser interposto via e-mail, salvo se houver, no tribunal, regulamentação nesse sentido.
- Se o réu e o defensor divergirem quanto a interposição do recurso, deve prevalecer a vontade de recorrer.
- Se o defensor não interpõe as razões do recurso, o réu deverá ser intimado para constituir um novo advogado para fazê-lo. Se não constituir um novo advogado, o juiz deve nomear um defensor dativo, tendo em vista a indisponibilidade da defesa técnica.
- É importante que você saiba o teor da súmula 705 do STF.

Súmula 705, STF: A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.



Vamos tratar sobre os efeitos dos recursos. Segundo a doutrina majoritária, eles são assim divididos:



Aprofundando um pouco sobre os efeitos dos recursos:

- **O efeito devolutivo é dividido em extensão ou dimensão horizontal e profundidade ou extensão vertical.** A extensão da devolução é fixada pela matéria impugnada pelo recorrente, podendo ser total, quando abranger toda matéria de sucumbência, ou parcial, quando abranger somente parte dela. Por outro lado, a profundidade do efeito devolutivo diz respeito à devolução ao órgão ad quem de todas as alegações, fundamentos e questões relacionadas à matéria devolvida, ou seja, delimitada pela extensão.
- É importante você saber que o mandado de segurança, conforme a súmula 604 do STJ, não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.
- Se o recurso for fundamentado em erro in judicando, independentemente do seu provimento, a decisão do recurso substitui a decisão anterior. Contudo, se o recurso for fundamentado em erro in procedendo, somente se fala em efeito substitutivo no caso de não provimento, uma vez que o provimento anula a decisão impugnada, não havendo substituição, já que outra tem que ser proferida em seu lugar.

Vamos entrar na classificação dos recursos, última matéria na parte geral. Os recursos são classificados da seguinte forma:

Quanto à
obligatoriedade

Recurso voluntário: A interposição do recurso depende da vontade da parte.

Recurso de ofício: Trata-se de reexame necessário, independe da vontade da parte.

Quanto a fundamentação:

Recurso de fundamentação livre: É a regra no ordenamento. O recorrente possui ampla liberdade de fundamentação para impugnar a matéria.

Recurso de Fundamentação vinculada: O recorrente não pode alegar qualquer matéria. Ele fica adstrito ao rol taxativo previsto em lei.



Quanto à extensão da
matéria impugnada:

Recurso total: Toda decisão é impugnada no recurso.

Recurso parcial: Parte da decisão é impugnada em recurso.

Quanto aos pressupostos
de admissibilidade:

Recurso genérico: Não há requisito específico para a admissibilidade do recurso.

Recurso específico: Além dos pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, há necessidade de cumprimento de pressuposto específico de admissibilidade.

Quanto ao objeto do
recurso:

Recursos ordinários: O objeto imediato do recurso é a proteção de interesse particular.

Recursos extraordinários: O objeto imediato do recurso é proteger e preservar a boa aplicação do direito e dos dispositivos constitucionais.



Vamos estudar, a partir daqui os recursos em espécie.

O **recurso em sentido estrito** está previsto entre os artigos 581 e 592 do Código de Processo Penal. Sobre ele, é importante que você saiba os seguintes passos.

- Ele é próprio para impugnar **DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS**.
- Seu cabimento é restrito às hipóteses **TAXATIVAMENTE** previstas no artigo 581 do CPP. Contudo, como já mencionamos, **admite-se interpretação extensiva**, mas não a interpretação analógica.
- Somente é cabível contra a decisões do **JUIZ SINGULAR**, não sendo cabível para impugnar decisões de órgão colegiado ou decisões monocráticas do desembargador relator.
- Ele é um recurso **RESIDUAL**, pois só é cabível se as decisões descritas no artigo 581 do CPP não tiverem sido proferidas em sentença, pois nesse caso, o recurso cabível é a apelação.
- O **PRAZO** para **INTERPOSIÇÃO** de acordo com o artigo 586, caput do CPP, é de **5 (cinco) dias**. **Exceção:** O PRAZO será de 20 (vinte) dias, de acordo com parágrafo único do artigo 586 do CPP, se o recurso em sentido estrito é contra a lista geral de jurados.
- O **PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS é de 2 (dois) dias**, conforme o artigo 588, caput do CPP.
- Ele pode ser interposto por petição ou termo nos autos e é **PROCESSADO por INSTRUMENTO**. Contudo, existem casos em que ele subirá nos próprios autos, de acordo com o artigo 583 do CPP.

Art. 583. Subirão nos próprios autos os recursos:

I - quando interpostos de ofício;

II - nos casos do art. 581, I, III, IV, VI, VIII e X;

III - quando o recurso não prejudicar o andamento do processo.

Parágrafo único. O recurso da pronúncia subirá em traslado, quando, havendo dois ou mais réus, qualquer deles se conformar com a decisão ou todos não tiverem sido ainda intimados da pronúncia.

- Ele passa por **dois juízos de admissibilidade**, um no juízo a quo e outro no juízo ad quem. **Denegado o recurso em sentido estrito, é cabível carta testemunhável**, conforme o artigo 639, I, do CPP.
- Ele é dotado de **EFEITO DEVOLUTIVO E REGRESSIVO**, permitindo-se ao juízo de primeiro grau que exerça o juízo de retratação. Ele **PODE**, também, ter **EFEITO EXTENSIVO**.
- Em regra, ele **NÃO** é dotado de **EFEITO SUSPENSIVO**. **Exceção:** Artigo 584 do CPP.

Art. 584. Os recursos **terão efeito suspensivo** nos casos de perda da fiança, de concessão de livramento condicional e dos ns. XV, XVII e XXIV do art. 581.



Vamos, agora, às hipóteses taxativamente previstas para a interposição do recurso em sentido estrito. Algumas são autoexplicativas e não merecem destaque. Nas hipóteses de incidência e de alguma divergência, teceremos alguns comentários. De acordo com o artigo 581 do CPP, "cabará recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença":

I - que **NÃO** receber a denúncia ou a queixa;

- As hipóteses de não recebimento da denúncia estão previstas no artigo 395 do CPP.

II - que concluir pela **INCOMPETÊNCIA** do juízo;

III - que julgar procedentes as exceções, **SALVO** a de suspeição;

- As exceções estão previstas no artigo 95 do CPP.

IV – que **PRONUNCIAR** o réu;

- **Atenção:** Neste caso, a interposição do recurso, de acordo com o § 4º do artigo 594 do CPP, suspenderá o julgamento.
- O recurso cabível contra a IMPRONÚNCIA é a APELAÇÃO.

V - que **conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;** (Redação dada pela Lei nº 7.780, de 22.6.1989)

- **Atenção:** Como já falamos, é CABÍVEL recurso em sentido estrito CONTRA A DECISÃO QUE REVOGA MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO.

VI - (Revogado pela Lei nº 11.689, de 2008)

VII - que julgar **QUEBRADA A FIANÇA OU PERDIDO** o seu valor;



- As hipóteses de quebra de fiança estão previstas no artigo 327, 328 e 341 do CPP e o perdimento da fiança no artigo 344 do CPP.

VIII - que **DECRETAR** a prescrição ou julgar, por outro modo, **EXTINTA** a punibilidade;

IX - que **INDEFERIR** o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade;

- É com base neste inciso que se entende cabível o recurso em sentido estrito contra a absolvição sumária com fundamento em causa extintiva de punibilidade prevista no artigo 397, IV, do CPP.
- As causas de extinção da punibilidade estão exemplificativamente previstas no artigo 107 do CP.

X - que **CONCEDER OU NEGAR** a ordem de **habeas corpus**;

- Somente é cabível se a decisão for de primeira instância. Da concessão, há reexame necessário.

XI - que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena;

- Este inciso está tacitamente revogado pela lei de execução penal. A suspensão condicional da pena é concedida pelo juiz da execução penal. No caso de concessão em sentença é cabível apelação.
- **Atenção:** A jurisprudência entende que cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que concede, nega ou revoga a suspensão condicional do processo. Aplica-se, aqui, a interpretação extensiva.

XII - que conceder, negar ou revogar livramento condicional;

- Este inciso está tacitamente revogado pela lei de execução penal. É cabível neste caso agravo em execução.

XIII - que **ANULAR** o processo da instrução criminal, no todo ou em parte;

- Somente é cabível o recurso em sentido estrito se a anulação não se der em sentença.



XIV – que **INCLUIR** jurado na lista geral ou desta o **EXCLUIR**;

- Existe divergência se este inciso está ou não tacitamente revogado pela lei 11.689 de 2008, que prevê impugnação para impugnar a lista geral de jurados.

XV – que **DENEGAR** a apelação ou a julgar **DESERTA**;

- Somente é cabível no juízo de admissibilidade de primeiro grau.

XVI - que **ORDENAR A SUSPENSÃO** do processo, em virtude de **questão prejudicial**;

- As hipóteses de questão prejudicial estão previstas no artigo 92 e 93 do CPP.
- **Atenção:** NÃO CABE recurso em sentido estrito da decisão que DENEGAR A SUSPEIÇÃO.

XVII - que decidir sobre a unificação de penas;

- Este inciso está tacitamente revogado pela lei de execução penal. É cabível, neste caso, agravo em execução.

XVIII - que **DECIDIR** o incidente de falsidade;

- O incidente de falsidade está previsto nos artigos 145 a 148 do CPP.

XIX - que decretar medida de segurança, depois de transitar a sentença em julgado;

XX - que impuser medida de segurança por transgressão de outra;

XXI - que manter ou substituir a medida de segurança, nos casos do *art. 774*;

XXII - que revogar a medida de segurança;

XXIII - que deixar de revogar a medida de segurança, nos casos em que a lei admita a revogação;

XXIV - que converter a multa em detenção ou em prisão simples.

- Todos os incisos estão tacitamente revogados pela lei de execução penal.

XXV - que **RECUSAR** homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A desta Lei. **(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)**



- É muito importante que você conheça essa nova hipótese de cabimento de recurso em sentido estrito, incluída pela Lei 13.964 de 2019, o Pacote Anticrime.

O **recurso de apelação** está previsto nos artigos 593 ao 603 do Código de Processo Penal e, sobre ele, é importante que você entenda os passos seguintes.

- Ele permite o **reexame integral** das questões discutidas em primeira instância. É a concretização do princípio do duplo grau de jurisdição.
- O juízo ad quem possui **função rescindente e rescisória**, podendo substituir ou anular a decisão do juízo a quo, **com exceção das decisões do tribunal do júri**, onde o juízo ad quem está restrito à reforma da aplicação do direito realizada pelo juiz presidente.
- De acordo com o artigo 599 do CPP, a **apelação pode ser plena ou ampla e parcial ou restrita**. No primeiro caso, ela abrange todo o conteúdo impugnável. Já no segundo, a apelação abrange somente parte do conteúdo impugnável.
- O **ofendido**, habilitado ou não como assistente de acusação, **pode interpor apelação**.
- Importante que você saiba que **não é cabível apelação adesiva** no processo penal brasileiro.
- O **PRAZO** de interposição pelas **PARTES é de 5 (cinco) dias**. **Atenção!!** Para o **OFENDIDO**, mesmo que não habilitado como assistente de acusação, o **PRAZO será de 15 (quinze) dias** e, somente começa a correr após o término do prazo do Ministério Público, conforme o artigo 598, § 1º, do CPP e a súmula 448 do STF.
- Se as **RAZÕES DO RECURSO** não tiverem sido apresentadas na interposição, a parte terá o **PRAZO 8 (oito) dias** para apresentá-la, conforme o artigo 600 do CPP. Contudo, o **ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO** terá o **PRAZO de 3 (três) dias** para arrazoar o recurso, **iniciando-se** o seu prazo **após o prazo do Ministério Público**, conforme o § 1º do artigo 600 do CPP.
- **Atenção!!** Nos **JUIZADOS ESPECIAIS**, o **PRAZO** para apelar é de **10 (dez) dias**.
- Ele pode ser interposto por petição ou termo nos autos, com exceção da apelação nos juizados especiais, que somente pode ser interposta por petição escrita.
- As partes podem juntar qualquer documento nas razões de apelação.
- A apelação tem **EFEITO DEVOLUTIVO**. Se as razões forem apresentadas posteriormente, a delimitação de efeito devolutivo deve ser feita na interposição do recurso. Ele **PODE** também ter **EFEITO EXTENSIVO**.



Atenção: A apelação interposta contra a **SENTENÇA ABSOLUTÓRIA NÃO POSSUI EFEITO SUSPENSIVO**.

Atenção: A apelação interposta contra sentença condenatória possui efeito suspensivo. As hipóteses que excetuavam o efeito suspensivo no artigo 596, § único do CPP, não são mais aplicáveis. A sentença absolutória imprópria, para ser executada, depende de trânsito em julgado.

➤ **NÃO** se admite, por parte do magistrado, o **JUÍZO DE RETRATAÇÃO**.

Vamos às hipóteses taxativamente previstas para a interposição do recurso de apelação. Algumas são autoexplicativas e não merecem destaque. Nas hipóteses de maior incidência e de alguma divergência, tecerei alguns comentários. De acordo com o artigo 593 do CPP, "cabará apelação no prazo de 5 (cinco) dias".

I - das sentenças **DEFINITIVAS** de CONDENAÇÃO ou ABSOLVIÇÃO proferidas por **juiz singular**;

II - das decisões **DEFINITIVAS**, ou **COM FORÇA DE DEFINITIVAS**, proferidas por **juiz singular** nos casos não previstos no Capítulo anterior;

- Decisões definitivas são aquelas que encerram a relação processual, julgam o mérito da ação penal.
- Decisões com força de definitivas, as decisões interlocutórias mistas, não decidem o mérito, mas colocam fim à relação processual ou a uma etapa do procedimento. Neste caso, somente cabe apelação se não for cabível recurso em sentido estrito.

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:
a) ocorrer nulidade **POSTERIOR** à pronúncia;

- Como já foi estudado, as decisões do Tribunal do Júri somente podem ser reformadas para que o acusado seja submetido a um novo julgamento ou para reformar a decisão do juiz presidente, respeitando, assim, o princípio da soberania dos veredictos. Neste caso, o recurso de apelação é de fundamentação vinculada.
- Se nulidade for anterior à pronúncia, é cabível recurso em sentido estrito.

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:
b) for a sentença do juiz-presidente **contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados**;



- Há, neste caso, erro do juiz presidente. Não há violação ao princípio da soberania dos vereditos.

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

c) houver **erro ou injustiça** no tocante **à aplicação da pena ou da medida de segurança**;

- O erro consiste no equívoco do juiz presidente. Já a injustiça é quando não há, na sentença, individualização da pena ou medida de segurança.

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

d) for a **decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos**.

- Neste caso, a decisão dos jurados é absurda, arbitrária, não há apoio no conjunto probatório. Neste caso, o Tribunal cassa a decisão dando ao acusado um novo julgamento, sob pena de violação do princípio da soberania dos vereditos.
- **Atenção!** Não se admite uma segunda apelação com este mesmo motivo, somente podendo ser alterada por revisão criminal.

Vamos tratar, agora, sobre os **embargos infringentes e de nulidade**. Os recursos estão previstos no parágrafo único do artigo 609 do CPP e, sobre eles, é importante que você saiba os passos seguintes.

Art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, câmaras ou turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária. *(Redação dada pela Lei nº 1.720-B, de 3.11.1952)*

Parágrafo único. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência. *(Incluído pela Lei nº 1.720-B, de 3.11.1952)*

- São recursos autônomos, o **EMBARGO INFRINGENTE** é cabível para impugnar **DIVERGÊNCIA EM MATÉRIA DE MÉRITO**. Por outro lado, o **EMBARGO DE NULIDADE** é cabível para impugnar **DIVERGÊNCIA EM MATÉRIA DE NULIDADE PROCESSUAL**.
- Eles se prestam para impugnar **DECISÕES NÃO UNANIMES DE TRIBUNAIS DE SEGUNDA INSTÂNCIA** no julgamento de **APELAÇÃO, RECURSO EM SENTIDO ESTRITO E AGRAVO EM EXECUÇÃO**.



- **NÃO** são cabíveis ambos os recursos **contra DECISÃO NÃO UNÂNIME DE TRIBUNAL EM JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS, REVISÃO CRIMINAL, AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL E DIVERGÊNCIA DE TURMA RECURSAL.**
- É recurso **EXCLUSIVO DA DEFESA.**
- A divergência deve versar sobre o mérito da ação penal. Se o desacordo for parcial, os embargos ficam restritos à matéria objeto da divergência.
- É cabível embargos infringentes contra decisão não unânime do plenário e da turma do STF, artigo 333, I, do RISTF.

Para o cabimento de embargos de infringentes no STF, é necessário que existam dois votos minoritários absolutórios em sentido próprio, ou seja, a manifestação do ministro sobre juízo de improcedência da pretensão.

Atenção: Recentemente o STF adotou a técnica do *distinguishing* e previu uma situação excepcional para a regra acima. O STF passou a aceitar o embargo infringente quando houver apenas um voto absolutório em razão de quórum incompleto nas turmas

- **ATENÇÃO:** Por não existir previsão legal e no regimento interno, **NÃO CABEM EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA DECISÃO DO STJ.**
- O **PRAZO** para a interposição de **10 dias**.
- Os recursos somente podem ser interpostos por petição juntamente com as suas razões.
- Os recursos possuem EFEITO DEVOLUTIVO. Há **divergência** com relação ao **efeito regressivo**.

O próximo recurso a ser estudado é o **embargo de declaração**. Ele está previsto no artigo 382 e 619 do CPP e, sobre ele, é importante que você saiba os seguintes passos.

- Ele é **CABÍVEL** contra **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA E CONTRA SENTENÇAS E ACORDÃOS.**
- O embargo de declaração é utilizado para sanar **OSCURIDADE, AMBIGUIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO.**
- O **PRAZO** de interposição é de **2 (dois) DIAS.**



- Ele é interposto por petição juntamente com as razões. **Exceção:** Nos Juizados Especiais eles podem ser opostos verbalmente.
- Não há necessidade de intimação da parte para apresentar contrarrazão. Contudo, se ele tiver efeito infringente, ou seja, puder resultar em modificação da decisão, há a necessidade de intimar a parte para a apresentar contrarrazão.
- O embargo de declaração tem **EFEITO INTERRUPTIVO**, ou seja, sua interposição interrompe o prazo de outro recurso cabível.

Vamos tratar sobre o **agravo em execução**. Ele está previsto no artigo 197 da Lei 7.210 de 1984 e, sobre ele, é importante que você saiba os seguintes passos.

- O recurso é **CABÍVEL** na execução penal, das decisões proferidas pelo juiz.
- Ele **NÃO** possui **EFEITO SUSPENSIVO**.
- As decisões, contra as quais é cabível o agravo em execução, estão previstas no artigo 66 da LEP (é importante que você leia o artigo!!).
- O agravo em execução é **PROCESSADO por INSTRUMENTO**, podendo ser interposto por petição ou por termo nos autos.
- O **PRAZO** para **INTERPOSIÇÃO** é de **5 (cinco) DIAS** e, o **PRAZO** para apresentar as **RAZÕES** é de **2 (dois) DIAS**.
- Ele **possui EFEITO DEVOLUTIVO** e goza dos mesmos efeitos do recurso em sentido estrito, ou seja, **possui EFEITO REGRESSIVO** e, assim, permite o juízo de retratação do juízo. O recurso **NÃO GOZA DE EFEITO SUSPENSIVO**.

O próximo recurso a ser tratado é a **carta testemunhável**. Ela está prevista no artigo 639 CPP e, sobre ela, é importante que você saiba os seguintes passos.

- O recurso, de acordo com o artigo 639 do CPP, é cabível quando **NÃO RECEBIDO OU OBSTADO SEGUIMENTO DE RECURSO**, que seja julgado **POR INSTÂNCIA SUPERIOR**.
- É um recurso **RESIDUAL**, somente cabível quando não existir outro adequado.
- O **PRAZO** para interposição é de **48 HORAS**.



- Ele é processado por **INSTUMENTO** e o seu procedimento é disciplinado nos artigos 640 a 645 do CPP. É importante que leia os artigos.
- O recurso possui **EFEITO DEVOLUTIVO**. **NÃO** há **EFEITO SUSPENSIVO**. Ademais, conforme o artigo 654 do CPP, a carta testemunhável possui **EFEITO REGRESSIVO SE o recurso não recebido ou obstado também o tiver**.

Vamos tratar, agora, sobre a correição parcial. A previsão deste recurso deve ser observada dentro das leis de organização judiciária dos Estados e Tribunais. Sobre ela, é importante que você saiba os seguintes passos.

- Será **CABÍVEL** quando a **DECISÃO JUDICIAL NÃO FOR IMPUGNÁVEL POR OUTRO RECURSO** ou quando houver **ERRO OU ABUSO** que cause tumulto ao processo. Assim, é possível perceber que se trata de um recurso **SUBSIDIÁRIO**.
- O erro que enseja o recurso é um erro in procedendo. O erro in judicando não comporta o recurso.
- Ele é um recurso cabível em toda persecução penal. **Assim, é cabível na fase investigatória**.
- O **PRAZO** para interposição é de **5 (cinco) DIAS** da ciência da decisão impugnada.

O próximo recurso a ser tratado é o **agravo regimental**. Tem previsão legal na Lei 8.038 de 1990. Sobre ele, é importante que você conheça os seguintes passos:

- Será **CABÍVEL** quando houver necessidade de **impugnar decisão MONOCRÁTICA** proferida por membro de tribunal. Sua finalidade é levar a matéria do recurso para ser apreciada pelo colegiado.
- O seu cabimento **NÃO É EXAUSTIVO**, somente podendo ser impetrado contra: 1) Decisão monocrática do relator do STF e STJ; 2) Despacho do presidente do STF ou STJ que defira ou indefira suspensão de execução liminar concedida ou sentença concessiva de mandado de segurança; 3) Decisão de membro de tribunal que conceda ou indefira liminar em mandado de segurança e 4) Do indeferimento liminar de revisão criminal pelo relator.
- O recurso é **INTERPOSTO POR SIMPLES PETIÇÃO**, no **PRAZO de 5 (cinco) DIAS**.
- **Atenção!** Segundo o STF, o recurso **NÃO É CABÍVEL CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO MINISTRO RELATOR QUE MOTIVADAMENTE DEFERE OU INDEFERE LIMINAR EM HABEAS CORPUS**.



Os próximos recursos a serem tratados são os **recursos extraordinário e especial**. Sobre eles, é importante que você saiba os seguintes passos:

- Eles são **RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS** e possuem **FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA**.
- **Atenção:** O assistente de acusação, de acordo com a súmula 210 do STF, possui legitimidade para recorrer extraordinariamente.
- Os recursos possuem, como **REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE, O PREQUESTIONAMENTO**, que nada mais é do que o debate da matéria recorrida ao longo do processamento da causa.
- Os recursos tem como **OBJETO IMEDIATO, a PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO** para a aplicação do direito, a **MELHOR APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL E DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS**.
- **Atenção!** Os recursos não se prestam ao reexame da matéria de fato. É o que demonstram as súmulas 279 do STF e 7 do STJ.
- Os recursos devem ser **INTERPOSTOS em PETIÇÕES DISTINTAS** acompanhadas **DAS RAZÕES**, no **PRAZO de 15 (quinze) DIAS**, perante o **JUIZO A QUO**. A petição é dirigida ao presidente ou vice presidente do tribunal recorrido e as razões ao STJ ou STJ. Há juízo de admissibilidade no juízo a quo e ad quem.
- Os recursos têm **EFEITO DEVOLUTIVO e NÃO POSSUEM EFEITO SUSPENSIVO**.

Vamos tratar agora do **CABIMENTO** do **RECURSO EXTRAORDINÁRIO**. Ele é regulamentado pelo artigo 102, III da CF.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

III - julgar, mediante **recurso extraordinário**, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

- **Atenção:** O recorrente, de acordo com o artigo 102, § 3º, da CF deve demonstrar repercussão geral da questão constitucional. Trata-se de requisito de admissibilidade do



recurso extraordinário. É importante também que você saiba que é necessário o esgotamento das vias ordinárias para a interposição do recurso extraordinário.

- Atente-se: De acordo com a súmula 640 do STF, é cabível recurso extraordinário de decisão de turma recursal do juizado especial.
- É importante que você saiba que, se reconhecida a repercussão geral, o processo ficará suspenso.

Vamos tratar sobre o CABIMENTO do RECURSO ESPECIAL. Ele é regulamentado pelo artigo 105, III da CF.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Atenção: Não cabe recurso especial adesivo no processo penal.

Vamos tratar sobre o agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Ele está previsto no artigo 1042 do CPC e, sobre ele, é importante que você saiba os seguintes passos.

- Ele é cabível na hipótese do artigo 1042 do CPC, ou seja, contra decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir os recursos, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou julgamento de recursos repetitivos.
- O **PRAZO** para **INTERPOSIÇÃO** do recurso é de **15 (quinze) DIAS**.
- A petição do agravo é dirigida ao presidente ou vice-presidente do tribunal de origem e, **NÃO É POSSÍVEL NEGAR SEGUIMENTO AO AGRAVO, AINDA QUE INTEMPESTIVO**.
- Além do **EFEITO DEVOLUTIVO**, o agravo possui **EFEITO REGRESSIVO**, pois admite o juízo de retratação

O último recurso a ser abordado na aula é o **embargo de divergência**. Ele está previsto no artigo 1043 do CPC e, sobre ele, é importante que você saiba os seguintes passos.

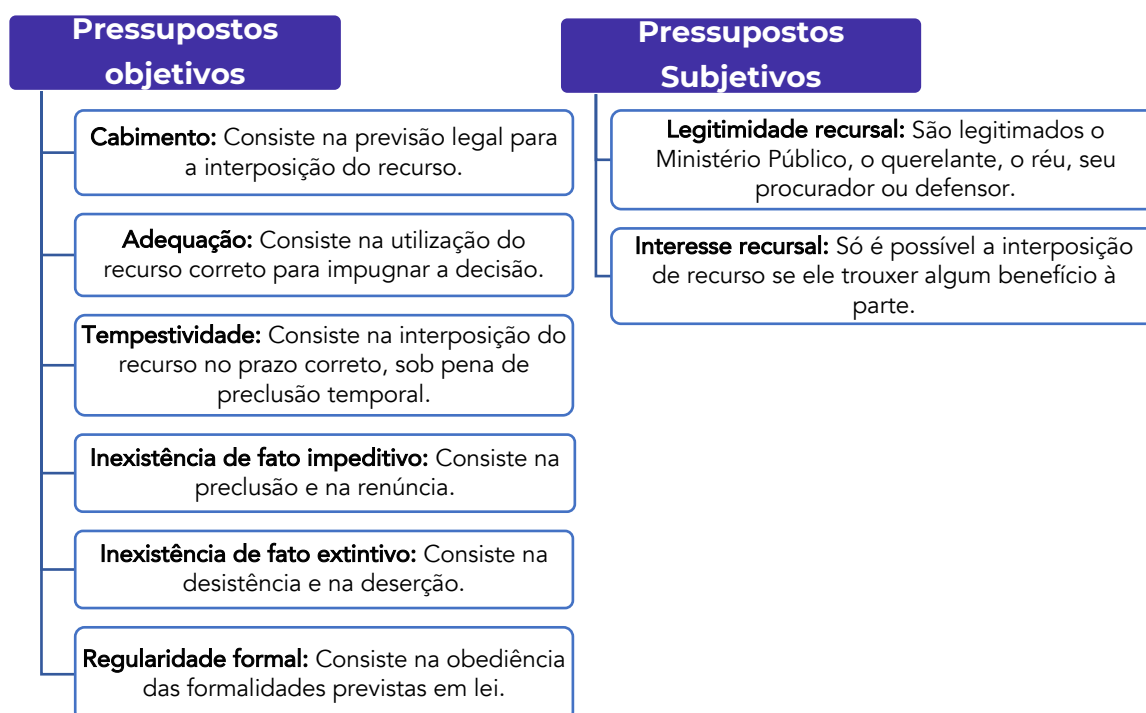


- Ele tem a finalidade de UNIFORMIZAR a jurisprudência nacional sobre divergência de interpretação de direito.
- **O PRAZO** para **INTERPOSIÇÃO** do recurso é de **15 (quinze) DIAS**.
- Deve ser interposto **por PETIÇÃO**.
- Ele **NÃO** possui efeito **suspensivo**. Contudo, ele **POSSUI EFEITO INTERRUPTIVO**, pois sua interposição suspende o prazo para a propositura de recurso extraordinário.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Obstativo

Impedem o trânsito em julgado.

Devolutivo

Cabe ao recorrente delimitar a matéria a ser apreciada no recurso. O efeito devolutivo está presente em todos os recursos.

O efeito devolutivo é mitigado pelo princípio da reformatio in melius, ou seja, o juízo ad quem pode melhorar a situação do réu.

Suspensivo

O recurso suspende os efeitos da decisão recorrida, ou seja, a decisão impugnada não pode ser executada.

Atenção: O recurso especial, o recurso extraordinário e o recurso em sentido estrito NÃO possuem efeito suspensivo.

Regressivo

Consiste na possibilidade de o juízo a quo exercer o juízo de retratação ou de confirmação da decisão recorrida.

Os recursos que possuem este efeito são: Embargos de declaração; recurso em sentido estrito; carta testemunhável e agravo em execução.

Extensivo

Consiste na extensão dos efeitos favoráveis do recurso de um acusado aos corréus. Artigo 580 do CPP.

Atenção: Se o argumento da decisão favorável for fundada em argumento exclusivamente pessoal, ela não se estende ao corréu.

Substitutivo

A decisão proferida no recurso substitui a decisão impugnada, mesmo que seja negado provimento.

Translativo

Consiste na devolução ao juízo ad quem de toda matéria que não é atingida pela preclusão, ainda que não alegada pela parte.

Atenção: Súmula 160 do STF: " É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvado o recurso de ofício.



Se você estiver em dúvida sobre se é cabível RESE ou APELAÇÃO, lembre-se da seguinte frase "APELAÇÃO SEMPRE CAI".

CONDENAÇÃO

ABSOLVIÇÃO

IMPRONÚNCIA

Assim, é cabível apelação nos casos de sentença condenatória, de absolvição e de impronúncia. Os outros casos, **possivelmente**, serão de RESE. Dessa forma, como o RESE traz diversas alíneas, por exclusão da apelação, você pode matar uma questão de prova.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial - Aristóteles, estagiário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi denunciado pelo Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial Criminal, pela suposta prática do crime de desobediência, pois, ao adentrar nas dependências do tribunal, mesmo depois de ordem expressa dos agentes da Polícia Judicial em serviço, recursou-se a abrir sua mochila após ultrapassar o detector de metais e este sinalizar a existência de objeto metálico em seu interior. Inobstante os fatos narrados, o juízo rejeitou a denúncia, pois entendeu que não há justa causa para o exercício da ação penal. Inconformado com tal decisão, é correto afirmar que o órgão ministerial deverá interpor

- A) recurso em sentido estrito.
- B) apelação.
- C) recurso ordinário.
- D) recurso inominado.
- E) carta testemunhável.

Comentários:

A - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".

B - Correta. O crime em análise é de menor potencial ofensivo, cujo rito a se observar é o sumaríssimo. Dessa forma, conforme art. 82 da Lei n. 9099/95, o recurso adequado para a sentença que rejeita a denúncia é a apelação. *Cuidado! No rito sumaríssimo não há RESE.*

C - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".



D - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".

E - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".

2. INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia - Juliana é agente da Polícia Civil e, apesar de exercer honestamente seus encargos, foi processada por crime de abuso de autoridade. A ação foi distribuída no fórum da comarca de Abadiânia-GO. Na investigação, ela teve seu aparelho de telefone celular pessoal apreendido como "medida de praxe" da investigação. Porém, como o delito a ela imputado era o de constranger pessoa a depor, sob ameaça de prisão, o advogado de Juliana entende que a apreensão do objeto não tem qualquer serventia ao processo penal. Assim, Juliana ajuíza pedido de restituição de coisas apreendidas, mas o juiz da causa indefere seu requerimento. Indignada, ela pretende recorrer da decisão. Assinale a alternativa que aponta o recurso correto para impugnar a decisão judicial que indeferiu o incidente de Juliana.

- A) Recurso em sentido estrito.
- B) Apelação.
- C) Mandado de segurança.
- D) Recurso inominado.
- E) Habeas corpus.

Comentários:

A - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".

B - Correta. A apelação é o recurso cabível, pois se trata de uma decisão que encerrou a análise daquele incidente, conforme prevê o art. 593,II, do CPP.

C - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".

D - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".

E - Incorreta. Vide comentário da alternativa "B".

3) INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense - De acordo com o Código de Processo Penal, os embargos de declaração devem ser opostos no prazo de

A) dois dias.



- B) cinco dias.
- C) oito dias.
- D) dez dias.
- E) quinze dias.

Comentários:

A - Correta. É como prevê o art. 619 do CPP: Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

B - Incorreta. Vide comentário da alternativa "A".

C - Incorreta. Vide comentário da alternativa "A".

D - Incorreta. Vide comentário da alternativa "A".

E - Incorreta. Vide comentário da alternativa "A".

4. INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Consoante ao Código de Processo Penal, caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença

I. que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade. II. que pronunciar o réu. III. que concluir pela incompetência do juízo. IV. que não receber a denúncia ou a queixa.

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

Comentários:

Vamos analisar todos os itens.

- I. que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade → RESE - Art. 581, VIII, CPP.
- II. que pronunciar o réu. → RESE - Art. 581, IV, CPP.
- III. que concluir pela incompetência do juízo. → RESE - Art. 581, II, CPP.



IV. que não receber a denúncia ou a queixa. → RESE - Art. 581, I, CPP.

Dessa forma, a correta é a LETRA E.

5. INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Escrivão de Polícia - Em se tratando de decisão impugnável por meio de apelação e de recurso em sentido estrito, assinale a alternativa correta.

A) Deverá ser interposta apenas a apelação, ainda que parte da decisão seja atacável por meio de recurso em sentido estrito.

B) Deverão ser interpostos a apelação e o recurso em sentido estrito, por força do princípio da taxatividade dos recursos.

C) Poderá ser interposto(a) apelação ou recurso em sentido estrito à luz do princípio da fungibilidade recursal.

D) Deverá ser interposto apenas o recurso em sentido estrito, ainda que parte da decisão seja atacável por meio de apelação.

E) O recorrente deverá optar por recorrer apenas da matéria atacável por apelação ou da matéria atacável por recurso em sentido estrito, não sendo possível recorrer de ambas.

Comentários:

A - Correta. Trata-se do princípio da unirrecorribilidade das decisões. Conforme art. 593, § 4º, do CPP, quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra."

B - Incorreta. O princípio da taxatividade diz, na verdade, que o para haver a sua interposição, deve haver previsão legal.

C - Incorreta. O princípio da fungibilidade recursal garante que, sendo interposto no prazo e sem má-fé, o juiz pode receber o recurso errado, como se o correto fosse.

D - Incorreta. A previsão correta é o que diz o 593, § 4º, do CPP.

E - Incorreta. Nos termos do 593, § 4º, do CPP, haverá recurso de ambas as matérias.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok? Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual o conceito de recurso, o seu objetivo e a sua natureza jurídica?
2. Em que consiste o princípio do duplo grau de jurisdição? Ele é previsto na Constituição Federal?
3. Em que consiste o princípio da *ne reformatio in pejus* ou da vedação da *reformatio in pejus*? Como ele se desdobra?
4. Como é dividido o efeito devolutivo do recurso?
5. O mandado de segurança é meio hábil para impor efeito suspensivo em recurso criminal?



6. O recurso em sentido estrito é cabível para reformar sentença definitiva de mérito? As hipóteses previstas no Código de Processo Penal admitem interpretação extensiva? E interpretação analógica?
7. No julgamento de uma apelação proveniente do tribunal do júri, o órgão que julga a apelação pode modificar a decisão dos jurados?
8. Qual o prazo para interposição do recurso de apelação?
9. O que é embargo infringente e embargo de nulidade? Quando eles são cabíveis?
10. Para que seja cabível embargo infringente são necessários quantos votos minoritários absolutórios?



Perguntas com respostas

1. Qual o conceito de recurso, o seu objetivo e a sua natureza jurídica?

Recurso é um instrumento processual voluntário pelo qual o recorrente impugna decisão judicial. Assim, o recurso nada mais é do que o reexame de uma decisão. O principal objetivo do recurso é a reforma, a invalidação, a integração ou esclarecimento da decisão judicial impugnada. A sua natureza jurídica é de desdobramento do direito de ação, fundamentada no duplo grau de jurisdição e no princípio constitucional da ampla defesa.

2. Em que consiste o princípio do duplo grau de jurisdição? Ele é previsto na Constituição Federal?

O princípio do duplo grau de jurisdição consiste na possibilidade de a decisão de um órgão jurisdicional inferior (a quo) ser reexaminada pelo órgão jurisdicional de maior hierarquia (ad quem). Este princípio não é previsto de forma expressa na Constituição Federal. Contudo, tem previsão no Pacto de San José da Costa Rica, incorporado no ordenamento jurídico brasileiro com status de norma supralegal (artigo 8º, § 2º, "h").

3. Em que consiste o princípio da ne reformatio in pejus ou da vedação da reformatio in pejus? Como ele se desdobra?

O princípio consiste na vedação de que a decisão do recurso interposto exclusivamente pela defesa piore a situação de réu. O referido princípio se desdobra em: a) proibição da reformatio in pejus direta: ocorre quando o tribunal ad quem, ao julgar recurso exclusivo da defesa, fica proibido de agravar a situação do réu; e b) proibição da reformatio in pejus indireta: ocorre quando o tribunal ad quem, ao julgar um recurso exclusivo da defesa, anula a sentença proferida, devolvendo o processo para o juízo a quo para novo julgamento e, este, ao prolatar nova sentença, fica limitado a não agravar a situação do réu.

4. Como é dividido o efeito devolutivo do recurso?

O efeito devolutivo é dividido em extensão ou dimensão horizontal e profundidade ou extensão vertical. A extensão da devolução é fixada pela matéria impugnada pelo recorrente, podendo ser total, quando abranger toda matéria de sucumbência ou, parcial, quando abranger somente parte dela. Por outro lado, a profundidade do efeito devolutivo diz respeito à devolução ao órgão ad quem de todas as alegações, fundamentos e questões relacionadas à matéria devolvida, ou seja, delimitada pela extensão.

5. O mandado de segurança é meio hábil para impor efeito suspensivo em recurso criminal?

De acordo com a súmula 606 do Superior Tribunal de Justiça, o mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público



6. O recurso em sentido estrito é cabível para reformar sentença definitiva de mérito? As hipóteses previstas no Código de Processo Penal admitem interpretação extensiva? E interpretação analógica?

O recurso em sentido estrito é próprio para impugnar decisões interlocutórias, não podendo ser interposto face a decisão definitiva de mérito. O seu cabimento é restrito às hipóteses taxativamente previstas no artigo 581 do CPP. Contudo, admite-se interpretação extensiva, mas não a interpretação analógica.

A jurisprudência entende que cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que concede, nega ou revoga a suspensão condicional do processo. Aplica-se, aqui, a interpretação extensiva

7. No julgamento de uma apelação proveniente do tribunal do júri, o órgão que julga a apelação pode modificar a decisão dos jurados?

A apelação permite o reexame integral das questões discutidas em primeira instância e é a concretização do princípio do duplo grau de jurisdição. O juízo ad quem possui função rescindente e rescisória, podendo substituir ou anular a decisão do juízo a quo, **com exceção das decisões do tribunal do júri**, onde o juízo ad quem está restrito à reforma da aplicação do direito realizada pelo juiz presidente. Aplica-se, na decisão dos jurados, o princípio da soberania dos veredictos.

8. Qual o prazo para interposição do recurso de apelação?

O prazo de interposição pelas partes **é de 5 (cinco) dias**. Para o **ofendido, mesmo que não habilitado** como assistente de acusação, o **PRAZO será de 15 (quinze) dias** e somente começa a correr após o término do prazo do Ministério Público, conforme o artigo 598, § 1º, do CPP e a súmula 448 do STF. Se as razões do recurso não tiverem sido apresentadas na interposição, a parte terá o prazo de **8 (oito) dias** para apresentá-la, conforme o artigo 600 do CPP. Contudo, o assistente de acusação terá o prazo **de 3 (três) dias** para arrazoar o recurso, **iniciando-se** a contagem **após o prazo do Ministério Público**, conforme o § 1º do artigo 600 do CPP.

Nos juizados especiais, o prazo para apelar é de **10 (dez) dias**.

9. O que é embargo infringente e embargo de nulidade? Quando eles são cabíveis?

O embargo infringente é recurso autônomo, cabível para impugnar divergência em matéria de mérito. O embargo de nulidade é, também, um recurso autônomo, cabível para impugnar divergência em matéria de nulidade processual.

Eles se prestam para impugnar decisões não unânimes de tribunal de segunda instância no julgamento de apelação, recurso em sentido estrito e agravo em execução.



10. Para que seja cabível embargo infringente são necessários quantos votos minoritários absolutórios?

Para o cabimento de embargos de infringentes no STF, é necessário que existam dois votos minoritários absolutórios em sentido próprio, ou seja, a manifestação do ministro sobre juízo de improcedência da pretensão. Recentemente o STF adotou a técnica do distinguishing e previu uma situação excepcional para a regra acima. O STF passou a aceitar o embargo infringente quando houver apenas um voto absolutório em razão de quórum incompleto nas turmas.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial - Aristóteles, estagiário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi denunciado pelo Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial Criminal, pela suposta prática do crime de desobediência, pois, ao adentrar nas dependências do tribunal, mesmo depois de ordem expressa dos agentes da Polícia Judicial em serviço, recursou-se a abrir sua mochila após ultrapassar o detector de metais e este sinalizar a existência de objeto metálico em seu interior. Inobstante os fatos narrados, o juízo rejeitou a denúncia, pois entendeu que não há justa causa para o exercício da ação penal. Inconformado com tal decisão, é correto afirmar que o órgão ministerial deverá interpor

- A) recurso em sentido estrito.
- B) apelação.
- C) recurso ordinário.
- D) recurso inominado.
- E) carta testemunhável.

2. INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia - Juliana é agente da Polícia Civil e, apesar de exercer honestamente seus encargos, foi processada por crime de abuso de autoridade. A ação foi distribuída no fórum da comarca de Abadiânia-GO. Na investigação, ela teve seu aparelho de telefone celular pessoal apreendido como "medida de praxe" da investigação. Porém, como o delito a ela imputado era o de constranger pessoa a depor, sob ameaça de prisão, o advogado de Juliana entende que a apreensão do objeto não tem qualquer serventia ao processo penal. Assim, Juliana ajuíza pedido de restituição de coisas apreendidas, mas o juiz da causa indefere seu requerimento. Indignada, ela pretende recorrer da decisão. Assinale a alternativa que aponta o recurso correto para impugnar a decisão judicial que indeferiu o incidente de Juliana.

- A) Recurso em sentido estrito.
- B) Apelação.
- C) Mandado de segurança.
- D) Recurso inominado.
- E) Habeas corpus.



3) INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense - De acordo com o Código de Processo Penal, os embargos de declaração devem ser opostos no prazo de

- A) dois dias.
- B) cinco dias.
- C) oito dias.
- D) dez dias.
- E) quinze dias.

4. INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Consoante ao Código de Processo Penal, caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença

I. que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade. II. que pronunciar o réu. III. que concluir pela incompetência do juízo. IV. que não receber a denúncia ou a queixa.

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

5. INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Escrivão de Polícia - Em se tratando de decisão impugnável por meio de apelação e de recurso em sentido estrito, assinale a alternativa correta.

- A) Deverá ser interposta apenas a apelação, ainda que parte da decisão seja atacável por meio de recurso em sentido estrito.
- B) Deverão ser interpostos a apelação e o recurso em sentido estrito, por força do princípio da taxatividade dos recursos.
- C) Poderá ser interposto(a) apelação ou recurso em sentido estrito à luz do princípio da fungibilidade recursal.
- D) Deverá ser interposto apenas o recurso em sentido estrito, ainda que parte da decisão seja atacável por meio de apelação.
- E) O recorrente deverá optar por recorrer apenas da matéria atacável por apelação ou da matéria atacável por recurso em sentido estrito, não sendo possível recorrer de ambas.



Gabarito

GABARITO



1. Letra B
2. Letra C
3. Letra B
4. Letra E
5. Letra A



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.